

# Votação do Regimento Interno é adiada outra vez

Da Sucursal de Brasília

A votação do Regimento Interno do Congresso constituinte foi mais uma vez adiada. O PMDB, aliado aos pequenos partidos de esquerda (PDT, PT, PC do B e PCB), não conseguiu levar ao plenário 280 parlamentares para votar o projeto substitutivo elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). As bancadas do PFL do PTB e do PDS abandonaram o plenário, numa manobra para impedir, por falta de quórum, a votação do projeto peemedebista. Os três partidos se opõem ao parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo de Fernando Henrique Cardoso, que dá ao Congresso constituinte poderes para alterar a atual Constituição.

Os parlamentares dos três partidos (PFL, PTB e PDS) abandonaram o plenário às 18h, depois que ficou impossível qualquer acordo com o PMDB em torno da soberania do Congresso constituinte. O substitutivo de Cardoso, cria a figura dos "projetos de decisão", através dos quais os constituintes poderão legislar sobre "matérias de relevância para a Assembleia Nacional Constituinte", sem especificar em que caso esse poder será exercido. Diz ainda que esses projetos, para serem apreciados, necessitam ter o apoio de pelo menos um terço dos constituintes. Caberá à Comissão de Sistematização — a ser formada por 89 constituintes, distribuídos proporcionalmente entre os partidos — decidir se os "projetos de decisão" serão levados a plenário ou não.



Jarbas Passarinho, Amaral Netto e Delfim Netto, do PDS, deixam o plenário (foto à esq.) durante a sessão de ontem, presidida por Ulysses Guimarães (foto à dir.)



Foto: Moreira Mattos

As dificuldades do PMDB para aprovar o substitutivo de Cardoso já tinham ficado claras quando o próprio líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), pediu o adiamento da votação para que se tentasse chegar a um acordo com o PFL em torno da limitação da soberania do Congresso constituinte. O pedido foi rejeitado por Ulysses, sob aplausos, mas logo depois o partido começava a medir o tamanho das dificuldades para aprovar, só

com a ajuda da esquerda, o seu próprio substitutivo.

As 12h35, o deputado Ulysses Guimarães, ao deixar seu gabinete, em companhia do senador Fernando Henrique Cardoso, anunciou: não havia acordo com o PFL em termo da soberania. Um pouco antes, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), ao deixar a sala onde o líder Luiz Henrique (PMDB-SC) reunira os coordenadores de bancada, também

confirmava: a disputa seria em plenário.

Ao voltar ao Congresso, por volta de 15h, Cardoso recebeu o líder do PFL na Câmara, José Lourenço. A conversa foi rápida e Lourenço saiu dizendo que o confronto seria pelo voto. Pouco depois, num corredor, Cardoso admitia o seu receio: o de que o substitutivo não recebesse os 280 votos necessários para sua aprovação. Cardoso chegou a enfrentar uma

situação constrangedora. Quando caminhava para o gabinete de Luiz Henrique, foi informado de que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, lá estava. Passou rapidamente pela porta do gabinete, mas acabou se encontrando com o ministro no pouco adiante. Os dois se cumprimentaram, mas o senador se esquivou de um convite de Brossard para uma reunião no gabinete de Ulysses. Um pouco antes do início da sessão, o líder do governo na Câmara, Carlos

Sant'Anna, ainda tentava negociar uma fórmula de consenso entre PMDB e PFL para aprovação do Regimento. Pela proposta Sant'Anna, somente seria considerada a matéria de relevância, a suspensão da vigência de artigos da atual Constituição, um "fato supveniente, determinado e de natureza grave" que ameaçasse os trabalhos dos constituintes.

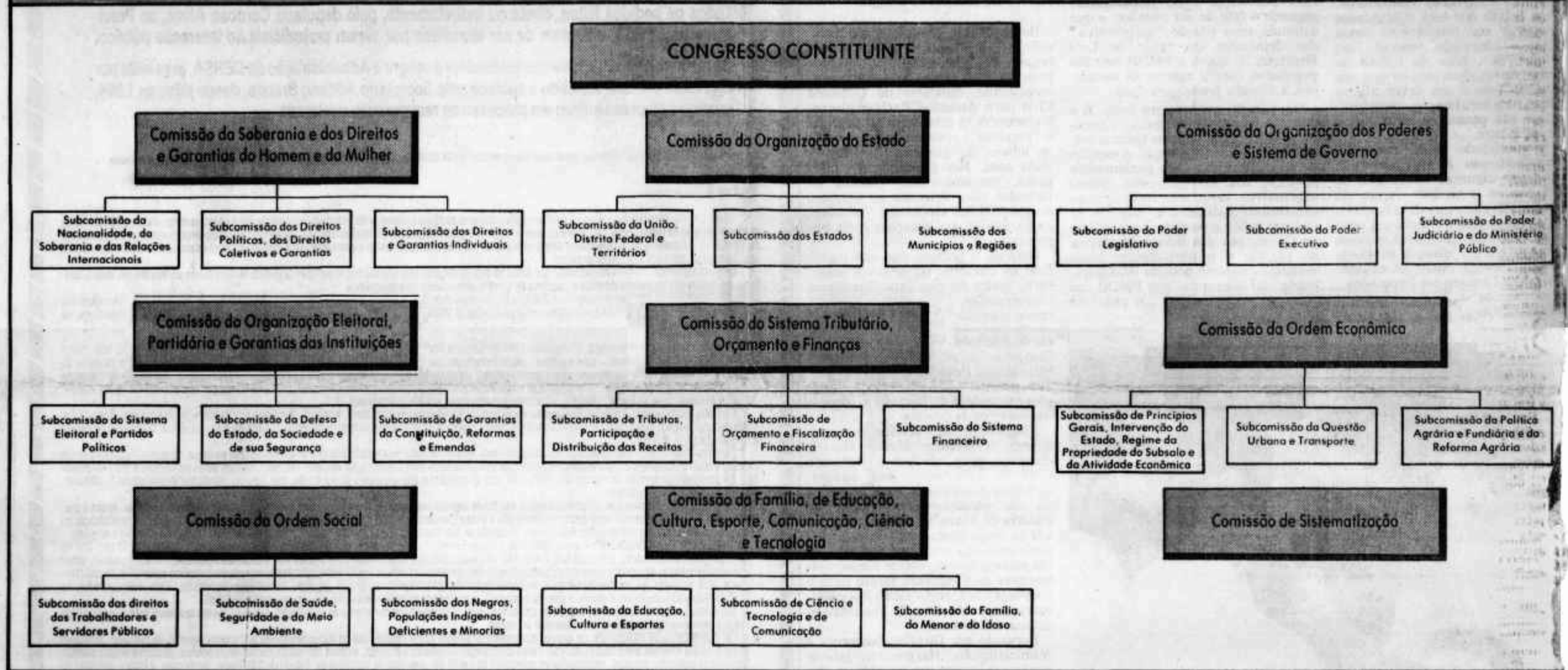
A sessão começou com um atraso de 45 minutos, às 16h45. Ulysses explicou o ritual: Cardoso falar explicando o substitutivo. Depois seria a vez dos líderes e, finalmente, haveria a votação.

O líder do PTB, Gastone Righi (SP), levantou uma questão de ordem, querendo saber como se votados os pedidos de destaque. Ulysses respondeu que estes, se serem aprovados, deveriam também receber 280 votos a favor, como o caso do substitutivo.

Righi começou a gritar no microfone de apertar, exigindo que os destaques passassem por mais simples. Isso bastou para provocar tumulto. Deputados do PMDB levantaram os dedos, fazendo sinal para Ulysses cortar-se do som do microfone de apertar. Foi então que o líder PFL, José Lourenço, anunciou a retirada da bancada do PFL, e saiu entre as vaias do PMDB. Com pefelistas, seguiram os petebistas parte dos pedessistas.

Vieram então os encaminhamentos de votação e o PMDB começou a preocupar com o quórum para aprovação do substitutivo. Há reuniões apressadas e, às 19h13, líder Luiz Henrique pediu a verificação de presença. A verificação de quórum não havia terminado e continuava às 20h45.

## AS NOVE COMISSÕES



## Comissões esperam definição de cargos

Quando terminar a batalha do Regimento Interno, duas outras começarão dentro e fora do Congresso constituinte. Na frente interna, entrará em destaque a disputa em torno da composição da Mesa e das oito comissões constitucionais, além da Comissão de Sistematização. Na frente externa, as entidades que defenderam a "iniciativa popular de legislação" terão prazo até junho para reunir as trinta mil assinaturas necessárias para apresentar projetos de seu interesse.

De acordo com o substitutivo do relator senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), deverá o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), após a promulgação do Regimento, convocar eleições para os cargos de primeiro e segundo vice-presidentes da Constituinte, os três secretários e três suplentes. Dois dias depois dessa eleição, haverá a composição das nove comissões.

Na verdade, as duas tarefas terão que se combinar. Quem for eleito para a Mesa não poderá participar de nenhuma comissão ou subcomissão.

Até ontem, só os deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Aloysio Chaves (PFL-PA) confirmavam suas candidaturas à primeira vice-presidência. E as comissões mais disputadas eram as da Ordem Econômica e da Ordem Social. Será difícil aos líderes partidários conciliar os interesses em disputa.

Já as entidades que patrocinaram a "iniciativa popular" serão obrigadas a contornar uma série de problemas burocráticos, sob pena de verem seus projetos rejeitados pela Comissão de Sistematização. Para começar, cada projeto precisará ser patrocinado por três entidades, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas. A assinatura de cada eleitor terá que ser acompanhada do nome completo e legível, endereço e dados de identificação do seu título eleitoral (número, seção e zona eleitoral e município). Cada projeto só poderá tratar de um único assunto. Além disso, cada cidadão poderá assinar no máximo três projetos.

Essas propostas serão protocoladas na Comissão de Sistematização, que

verificará se todas as exigências foram cumpridas. Depois, dará parecer em 48 horas. Se rejeitá-las, o plenário do Congresso constituinte terá três dias para examinar o assunto, desde que um pedido de recurso seja assinado por 56 constituintes; se rejeitar um projeto por unanimidade, a proposta só terá curso se um constituinte subscrever-la como sua. Quando um projeto de "iniciativa popular" estiver sendo debatido na Comissão de Sistematização, um dos seus signatários poderá discuti-lo com seus membros durante vinte minutos.

Pelo substitutivo de Cardoso, o prazo para a apresentação destes projetos é de trinta dias após a publicação do projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. Isso não deverá ocorrer antes de junho, já que cada comissão constitucional terá sessenta dias para trabalhar, a partir de sua instalação (provavelmente no decorrer de março) e, findo este primeiro prazo, a Comissão de Sistematização terá ainda mais trinta dias para apresentar à Mesa o projeto de Constituição.

Serão oito as comissões constitucionais que se subdividirão em 24 subcomissões, além da Comissão de Sistematização (veja organograma acima). As oito primeiras serão compostas por 63 constituintes, mais igual número de suplentes. Seus membros serão indicados pelas lideranças e, para sua composição, segundo o substitutivo, deverá ser respeitado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade da representação partidária na Constituinte, inclusive para os cargos de presidente e relator.

A Comissão de Sistematização será composta pelos dezesseis presidentes e relatores das oito comissões, mais os 24 relatores das subcomissões. Para se tentar garantir a proporcionalidade partidária, haverá mais 49 constituintes indicados pelas lideranças. Serão 89 membros ao todo.

Esta comissão só começará os trabalhos depois que os oito outras encerrarem os seus seus, ou seja, possivelmente em meados de maio. Ela só poderá, de acordo com as mudanças inseridas no substitutivo, "compatibilizar" os projetos que receber das demais.

## Falta de quórum recebe a ajuda de 97 peemedebistas

Dos 305 parlamentares que compõem a bancada do PMDB no Congresso constituinte, 97 ausentaram-se da sessão de ontem para impedir, por falta de quórum, a votação do substitutivo de Regimento Interno. O movimento contra a obtenção de quórum foi comandado pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), auxiliado por Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Prisco Viana (PMDB-BA) e Milton Reis (PMDB-MG). Para Prisco Viana, "prazo não faz mal em política".

Segundo o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), até o assessor do Gabinete Civil da Presidência, Henrique Hargreaves, tentou aliciar deputados para evitar que o quórum para a votação (280 parlamentares) fosse atingido. Hargreaves, no entanto, negou a acusação, embora estivesse irregularmente no plenário.

"Traição" A esquerda do PMDB, segundo a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), conta com a "traição" de cerca de apenas quarenta deputados. O número de parlamentares peemedebistas que se ausentaram já era previsto pelos pefelistas, entre eles o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, visitou ontem à tarde o líder do PMDB, Luiz Henrique —que estava reunido com os coordenadores de bancada de seu partido. Depois do encontro, Brossard, em entrevista, defendeu a posição do PFL contra a tese da soberania do Congresso constituinte.

Carlos Sant'Anna Ontem à noite, já com o PFL fora

do plenário, Carlos Sant'Anna, crítico da tribuna, o substituído do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), solicitando o adiamento da votação. Seu pedido foi fulminado pelo presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que o rejeitou "por falta de amparo regimental".

Em seu discurso, Sant'Anna tentou argumentar que "é preciso continuar o esforço para evitar divisões internas do PMDB e unir-se aos outros partidos". Ele falou logo depois que o líder do PMDB, Câmara, Luiz Henrique (SC), havia discursado, num longo elogio ao substitutivo de Fernando Henrique.

Referendo Sant'Anna atacou a inclusão do substitutivo, da figura do referendo popular para aprovação final da nova Constituição brasileira. Disse que plebiscito "é uma questão constitucional e não regimental". Lamentou também a inclusão de "muitas matérias polêmicas", citando a afirmação da soberania do Congresso constituinte como uma delas. A questão da soberania foi o elemento-chave para a divergência pefelista.

A saída do PFL do plenário e união dos partidos de esquerda a PMDB, para a aprovação do substitutivo, significou o oposto "o pretendido por Sant'Anna desde que, há duas semanas, foi indicado líder do governo pelo presidente Sarney. Sua indicação teve como objetivo articular a Aliança Democrática (PMDB e PFL) no plenário da Constituinte para, unificado respaldar as iniciativas do presidente Sarney, garantindo-lhe seis anos de mandato.

## Parlamentares já se candidatam aos cargos de presidente e relator

A Comissão de Ordem Econômica, uma das nove previstas no projeto de regimento interno do Congresso constituinte, já tem candidatos a presidente e a relator: o senador Severo Gomes e o deputado Roberto Cardoso Alves, ambos do PMDB de São Paulo. A presidência de outra comissão, a de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, é pleiteada pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O senador Itamar Franco (PL-MG) disse ontem que gostaria de dirigir a Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) vai disputar o cargo de relator do Congresso constituinte, enquanto os deputados Humberto Souto (MG) e Aloysio Chaves (PA)

concorrerão, na bancada do PFL, à indicação para a 1ª vice-presidência do Congresso constituinte.

Há caso de candidato declarado a um cargo que agora afirma que desistiu, como o do deputado Prisco Viana (PMDB-BA). Ele havia anunciado anteriormente que disputaria a 1ª secretaria da Mesa do Congresso constituinte, e justificou sua desistência com frases evasivas: "Andei pensando bem. Não sou mais candidato. É um assunto pessoal", declarou ontem. Encarregado por Ulysses Guimarães de preparar um anteprojeto de regimento que acabou não sendo aproveitado, Prisco Viana vem mantendo silêncio desde que o presidente José Sarney escolheu Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) como líder do governo na Câmara. O deputado também queria o cargo.

## PFL, PDS e PTB pretendem usar a Constituição de 1967 como base

A atitude do PFL, PDS e PTB, que tentaram de todas as formas impedir a inclusão de um parágrafo no Regimento Interno que garante aos constituintes poderes para modificar a atual Carta, representa bem mais do que uma simples defesa da Constituição de 1967. Tratou-se de uma tentativa de utilizá-la como base a partir da qual se elaboraria a nova Constituição, frustrando com isso a elaboração de um texto que consagrasse modificações em profundidade na atual ordem econômica, social, jurídica e política do país.

Soberano, o Congresso constituinte pode — em tese — reduzir o mandato do presidente José Sarney, modificar o papel das Forças Armadas, reordenar as instituições jurídicas. Roberto

Cardoso Alves (PMDB-SP), contrário à soberania, chegou a fazer uma proposta ao PFL, PDS e PTB: que fossem alterados alguns artigos da atual Constituição pelo Congresso Nacional. Não obteve apoio. Pretendia, com essa atitude, que a Constituinte autolimitasse seus poderes.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), negociador do texto que inclui a soberania no Regimento Interno, percebeu que esta dá aos partidos de esquerda uma grande margem de manobra, pois a qualquer momento pode ser invocada. Tentou adiar a votação e buscar novo acordo com o PFL, mas seu apelo, em nome do governo e da unidade da Aliança Democrática, não foi aceito por Ulysses Guimarães.

Anuncie por telefone : 874-2874.